

O NOVO CANGAÇO E A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

THE NEW CANGAÇO AND THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF PARANÁ

Zenilsom Alves Medeiros¹

Geldson Aparecido Pedro²

RESUMO: Nos últimos anos, o Brasil tem testemunhado um novo modelo de ataque do crime organizado, direcionado a agências bancárias a priori em municípios pequenos, com grande armamento, visando a neutralização das instituições de segurança pública. Esse tipo de ataque vem sendo denominado, pela comunidade policial, como o "novo cangaço". As instituições policiais do Brasil todo vem se desenvolvendo e se aprimorando na tentativa de combate direto a esse tipo de violência. Visando à eficácia, a Polícia Militar do Paraná estabeleceu planos estratégicos que estruturam as formações, as visões e os princípios básicos institucionais para combater todos os tipos de crime organizado. Dessa forma, esse estudo se propõe a associar as medidas estratégicas adotadas pela Polícia Militar do Paraná no enfrentamento do Novo Cangaço, através da revisão bibliográfica exploratória. Foi possível explorar conceitos chaves deste novo modelo de crime, além de elucidar as medidas preventivas e interventivas das Polícias Militares do estado do Paraná.

Palavras-chave: Cangaço. Polícia Militar. Paraná. Organizações Criminosas.

ABSTRACT: In recent years, Brazil has witnessed a new model of organized crime attack, primarily targeting bank agencies in small towns, using heavy weaponry to neutralize public security institutions. This type of attack has been referred to by the police community as the "new cangaço." Police institutions across Brazil have been developing and improving their efforts to combat this type of violence directly. Aiming for effectiveness, the Military Police of Paraná has established strategic plans that structure their training, visions, and basic institutional principles to combat all types of organized crime. Thus, this study aims to associate the strategic measures adopted by the Military Police of Paraná in confronting the New Cangaço through an exploratory bibliographic review. It was possible to explore key concepts of this new crime model, as well as elucidate the preventive and intervention measures of the Military Police of the state of Paraná.

Keywords: Cangaço. Military police. Paraná. Criminal Organizations.

1647

¹Cabo da Polícia Militar do Estado do Paraná, Inclusão na PMPR ano de 2012 Licenciatura plena em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina Pós- graduação em Gestão e Cenários Contemporâneos em Segurança Pública Pós- graduação em Segurança Pública Pós- graduação em Direito Militar Pós- graduação em História Militar CCPAR - Curso de Conduta de Patrulha de Alto Risco - BPRone.

² 3º Sargento da Polícia Militar do Estado do Paraná, Inclusão na PMPR no ano de 2006 Bacharel em direito pela faculdade Artur Thomas Pós-graduação em Direito Penal Militar Pós-graduação em Perícia Criminal Curso de Atirador Designado Policial PMPR Curso de Controle de Distúrbios Cíveis - PMESP Curso de Ações de Combate aos Crimes Violentos Contra o Patrimônio - TURMA I/2024 - CACCVCP.

I INTRODUÇÃO

Recentemente, o Brasil tem enfrentado uma nova forma de crime organizado, caracterizada por assaltos coordenados a agências bancárias em pequenas cidades do interior. Esse fenômeno vem sendo intitulado pela comunidade policial como o "novo cangaço", referência ao fenômeno do cangaço que marcou a primeira metade do século XX, por conta da audácia dos grupos criminosos, o desafio direto ao poder público e a tentativa de neutralização das forças de segurança (Aquino, 2020). Nestes incidentes, grupos numerosos de indivíduos empregam táticas de violência extrema contra reféns e as estruturas físicas de instituições bancárias, utilizando armamento pesado e explosivos, esses grupos têm como alvo as forças de segurança pública das cidades onde realizam seus assaltos, muitas vezes conseguindo neutralizá-las temporariamente para alcançar sucesso no assalto de agências bancárias.

Enquanto o cangaço tradicional foi caracterizado por bandos de cangaceiros liderados por figuras icônicas como Lampião, que realizavam saques e atos de violência em uma luta contra a opressão social e econômica, o "novo cangaço" se manifesta de forma mais sofisticada e urbana. Este novo modelo de criminalidade se concentra em ataques a agências bancárias, especialmente em pequenas cidades, utilizando armamento pesado e táticas militares para neutralizar as forças de segurança pública (DA CRUZ; CARDOSO; DE SOUSA, 2022).

Os "novos cangaceiros", assim como seus predecessores no Nordeste e no norte de Minas Gerais, buscam impor seu domínio por meio de ataques, confrontos e enfrentamentos diretos com as forças de segurança, gerando um desafio significativo para a ordem pública e a segurança cidadã (Aquino, 2020). Este fenômeno, caracterizado por assaltos a bancos, sequestros e outras formas de violência, desafia não apenas a segurança pública, mas também as instituições encarregadas de mantê-la, como a Polícia Militar.

Embora separados por contextos históricos distintos, ambos os fenômenos compartilham a característica de desafiar a autoridade estatal, refletindo uma persistente resistência e adaptação do crime organizado às mudanças sociais e tecnológicas. No Paraná, as forças policiais têm enfrentado o desafio de combater esse tipo de criminalidade, ao mesmo tempo em que buscam proteger a população e preservar a ordem pública. Este artigo propõe examinar a interação entre o "novo cangaço" e a Polícia Militar do Paraná, explorando estudos que indicam os desafios e as estratégias adotadas por essa instituição.

2 METODOLOGIA

O presente estudo constitui uma pesquisa bibliográfica exploratória, fundamentada na observação e análise de trabalhos acadêmicos publicados sobre o tema em questão, tais como artigos, monografias e dissertações. De acordo com Lima e Mioto (2007), "a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório." Portanto, este método de pesquisa é utilizado como embasamento e fundamentação da temática investigada.

A pesquisa exploratória se caracteriza como uma incursão em novos campos de investigação, especialmente considerando que o termo "novo cangaço" é relativamente recente em sua análise, ainda em processo de debate e pesquisa quanto às suas características originárias no contexto do crime organizado no território brasileiro. Conforme apontado por Piovesan e Temporini (1995), "define-se pesquisa exploratória, como parte integrante da pesquisa principal, como o estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer."

Os artigos, monografias e dissertações utilizados como base e objeto de análise neste estudo estão disponíveis em repositórios e revistas eletrônicas. Além disso, foi realizada pesquisa em sites de notícias com o objetivo de analisar o discurso midiático e os dados reportados.

1649

3 O NOVO CANGAÇO

Nas últimas décadas, um novo modelo de ataque de organizações criminosas vem ganhando destaque e se espalhando pelas regiões brasileiras. Ataques organizados e com grande arsenal bélico direcionados à agências bancárias, a priori em cidades interioranas, constituem esse fenômeno conhecido como Novo Cangaço, nome inspirado no antigo Cangaço pelas semelhanças na forma do ataque, a intenção de neutralizar as instituições de segurança pública e também pela origem no nordeste brasileiro (CORTI, 2023).

3.1 Cangaço Tradicional e o “Novo Cangaço”

O próprio conceito de Crime Organizado tem como influência o movimento social Cangaço, surgido no final do século XIX na região do sertão nordestino Brasileiro. Hoje é possível compreender esse movimento social como um produto da desigualdade social da época, uma resposta coletiva ao período de desigualdade e abandono estatal da região

nordestina. Ainda assim, esse fenômeno se assemelha ao que hoje compreendemos como Crime Organizado por se tratar de um movimento com estrutura hierárquica, com instituição de cargo, a divisão de tarefas e o ataque organizado (DA CRUZ; CARDOSO; DE SOUSA, 2022).

De todo modo, a compreensão do Cangaço enquanto Crime Organizado se estabelece pelas semelhanças do movimento social com as estruturas que as organizações criminosas apresentam, mas se diferencia pelos objetivos e contexto histórico. Como exposto por Maia (2011, p.2), o Cangaço pode ser considerado a “raiz histórica do crime organizado”, mas não se assemelha com o que entendemos por Crime Organizado ou Novo Cangaço, dada a diferença de poder lesivo e sua origem atrelada à luta social. Nesse processo de diferenciação, compreende-se que hoje as Organizações Criminosas se alinham a espécies de “empresas a serviço do crime”, cujo os objetivos se estabelecem em vias lucrativas de maneira ilícita e seus integrantes possuem direitos e obrigações (DA CRUZ; CARDOSO; DE SOUSA, 2022, p. 5).

3.2 O “Novo Cangaço” e o Crime Organizado

Dentre as diversas atividades das organizações criminosas, na década de 80 surge o então chamado Novo Cangaço em Caraúbas, Rio Grande do Norte. Inspirado no Cangaço clássico, os criminosos têm por alvo agências bancárias sediadas em municípios pequenos e de interior, com objetivo de assalto, uma vez que estas cidades geralmente pacatas, tem baixo índice de criminalidade, não necessitando de forte policiamento (CORTI, 2023). As quadrilhas tem por *modus operandi* utilizar armamentos pesados e carros blindados em suas ações, fazendo reféns como escudo humano durante os assaltos e em alguns casos amarrando os reféns no capô dos veículos de fuga para dificultar a ação de intervenção da polícia (DA CRUZ; CARDOSO; DE SOUSA, 2022). Algumas quadrilhas também se especializam na utilização de maçaricos e furadeiras de alto impacto para corte de terminais eletrônicos e arrombamento de cofres. (MORAIS, 2016).

Outra tática utilizada pelos criminosos é o ataque noturno, com utilização de explosivos. Após minuciosa observação do cotidiano da cidade e agência bancária a quadrilha ataca durante a noite, bloqueando vias estratégicas de acesso para evitar reforço policial e disparando com armamento pesado no posto policial da cidade. Assim, os criminosos utilizam explosivos nos terminais eletrônicos do banco efetuando o furto.

(MORAIS, 2016). Os ataques muitas vezes passam a ser frequentes, causando terror na população local outrora acostumada com a paz do seu dia a dia agora ameaçada.

O poder de fogo das quadrilhas que efetuam esta modalidade de assalto costuma impressionar e submeter as populações das cidades sitiadas. Ao render ou impedir a atuação das forças policiais locais, agências e postos bancários, estabelecimentos comerciais e toda a população ficam submetidos às quadrilhas. Ações como a que ocorreu em Graça, no Ceará, em Surubim, no Pernambuco, e em dezenas de outras cidades do país foram efetuadas na madrugada, horário em que a movimentação nas ruas é menor do que durante o dia e as delegacias e quartéis funcionam com efetivos em quantidades reduzidas. A escolha do horário garante que as quadrilhas fiquem em vantagem na quantidade de homens, no poder de fogo das armas e pela chegada súbita. Assaltos truculentos, espalhafatosos e que causam comoção social também têm afetado o interior mineiro e o sudoeste da Bahia (AQUINO, 2020, p. 619).

Segundo Aquino (2020), os ataques também se tornaram frequentes nas cidades do interior na região sul do Brasil. O autor destaca que mesmo os quartéis apresentando boa infraestrutura, os criminosos utilizam estratégia similar:

[...] Para impedir a atuação das forças de segurança pública locais na repressão aos assaltos, no Sul do Brasil as quadrilhas têm utilizado reféns como “escudo humano”; pessoas são colocados em volta dos assaltantes no intuito de protegê-los no percurso entre as agências bancárias e os veículos a bordo dos quais empreendem fuga. Em etapas previamente definidas, os assaltantes posicionam os reféns de modo a formarem “escudos” de proteção ante eventuais disparos da polícia [...] Embora efetuem disparos durante os assaltos e as fugas, ao partirem levando reféns as quadrilhas desencorajam perseguições policiais violentas. Outra característica marcante nestas ocorrências truculentas, como vimos, é a realização de duas ou mais ações em simultaneidade. (AQUINO, 2020, p. 621)

1651

É através desses ataques que as organizações criminosas vão instaurando o medo populacional e evidenciando as falhas estruturais das instituições de segurança pública. Em uma tentativa de resposta, nos últimos anos vemos cada vez mais grupos de formação continuada para agentes de segurança, propostas de integração institucional e o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas às instituições de segurança pública (RODRIGUES, 2023).

4 A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

A Polícia Militar do Paraná (PMPR) se constitui enquanto uma instituição de segurança pública estadual, subordinada ao Governo do Estado do Paraná, que tem como principal objetivo garantir a ordem pública, proteger os direitos individuais e coletivos, e assegurar o cumprimento das leis (SEMMER & SILVA, 2021). Fundada em 1854, a PMPR é uma das mais antigas forças policiais do Brasil e desempenha um papel crucial na manutenção da segurança e da paz social no estado.

A instituição é composta por diversos batalhões e unidades especializadas que atuam em áreas como patrulhamento ostensivo, policiamento comunitário, operações especiais, e controle de distúrbios civis. Além de suas funções tradicionais, a Polícia Militar do Paraná também desenvolve programas de prevenção ao crime e de integração com a comunidade, visando a redução da criminalidade e o fortalecimento da relação entre a polícia e os cidadãos (SEMMER & SILVA, 2021).

Na Constituição Federal de 1988, no parágrafo 5º do art. 144, se observa a previsão da competência das Polícias Militares quanto ao exercício da atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública (BRASIL, 1988). Destaca-se uma mudança conceitual, uma vez que no passado era previsto enquanto competência a “manutenção” da ordem pública, e na Constituição de 1988 inclui a expressão “preservação” da ordem pública, exemplificado por Lazzarini (1999, p. 105) como:

A preservação abrange tanto a prevenção quanto a restauração da ordem pública, pois seu objetivo é defendê-la, resguardá-la, conservá-la íntegra, intacta, daí afirmar-se agora com plena convicção que a polícia de preservação da ordem pública abrange as funções de polícia preventiva e a parte da polícia judiciária denominada de repressão imediata, pois é nela que ocorre a restauração da ordem pública. (1999, p. 105)

No que tange os conceitos das competências das Polícias Militares, a ordem pública é compreendida através dos aspectos da tranquilidade pública, salubridade pública e Segurança Pública (SEMMER & SILVA, 2021). A tranquilidade pública é compreendida como uma sensação de ausência de incômodos ou preocupações com a ordem pública; a salubridade pública se refere às questões de higiene e sanidade do lugar; e a Segurança Pública se estabelece através das condições de vida da população, visto envolver diretamente a questão da criminalidade (LAZZARINI 2003). Dessa forma, a ação da Polícia Militar não se limita apenas a intervenções, mas também aos processos de prevenção, buscando evitar perturbações à ordem pública, e portanto é passível de formação e especialização contínua.

1652

4.1 O Plano Estratégico do Comando Geral

A formação dos policiais militares é rigorosa e contínua, abrangendo aspectos técnicos, táticos e éticos, garantindo assim uma atuação profissional pautada no Plano Estratégico da Portaria do Comando Geral, nº 237 de 8 de Março de 2022. Como descrito por Rodrigues (2023), o plano estratégico, conhecido como PMPR, busca elaborar conceitos de segurança, as estratégias de ação e formação dos agentes de segurança, além de propor um

caminho que busque alcançar sua visão institucional: “Ser uma instituição militar estadual de excelência na prestação de serviços de segurança pública e proteção da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Paraná” (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2022, p.42).

Dentro desse mesmo plano estratégico, se estabelecem quatro importantes eixos estratégicos: Cidadão e Sociedade, Modernização da gestão, Desenvolvimento das pessoas e aprendizado, e Orçamento e Finanças (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2022, p.42). O primeiro eixo diz respeito à imagem pública e social da Polícia Militar, norteando princípios sobre o cuidado e segurança, a confiança da população nas instituições de segurança pública e o fortalecimento da imagem dessas instituições para o coletivo (RODRIGUES, 2023). De maneira indireta, destaca-se esse eixo também como medida de combate ao chamado Novo Cangaço, uma vez que medidas de participação ativa da comunidade nas instituições são fundamentais para o fortalecimento de vínculo e a sensação de segurança, agindo como medida preventiva para situações de crise e ataques de crimes organizados.

Modernização da Gestão e Desenvolvimento, o segundo e terceiro eixo estratégico, estabelece a importância de um aprendizado contínuo, adaptável e inovador. Busca alcançar a eficiência nas atividades e trabalhos executados, o manejo e capacidade de respostas a emergências, melhorias pro desempenho individual, além de atividades de promoção à saúde dos agentes de segurança pública (RODRIGUES, 2023). Em associação com os ataques do Novo Cangaço, eixos estratégicos voltados ao aprendizado contínuo e moderno, somados a preocupação direta com o desempenho e saúde das equipes de segurança, se estabelecem como essenciais, possibilitando não só discussões atuais sobre intervenções e modelos de ação em situação de crise, mas também formação continuada e estruturada.

Já o último eixo estabelece princípios acerca da organização administrativa da PM, os planejamentos financeiros das instituições e o cumprimento dos mesmos de maneira efetiva. No geral, destaca-se o plano de estratégias como modelo estrutural de organização, formação e preparo de agentes de segurança, uma resposta indireta aos ataques de organizações criminosas que visam enfraquecer a imagem da instituição e instaurar a sensação de medo coletivo (RODRIGUES, 2023).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da revisão de publicações sobre a temática, identificam-se poucos trabalhos teóricos sobre o assunto em sua totalidade, sugerindo a importância de novos estudos como esse, que se proponham a discutir o fenômeno do Novo Cangaço e o impacto do mesmo no recorte do estado do Paraná.

O estudo de Maicon Danilo Rodrigues, intitulado “O Papel Estratégico Dos Batalhões De Área Da Polícia Militar Do Paraná E Suas Agências Locais De Inteligência No Combate Aos Crimes Violentos Contra O Patrimônio” e publicado em 2023, apresenta, de maneira categórica e explicativa, as medidas e estratégias adotadas pela inteligência da polícia militar frente aos desafios diversos na ordem pública. O autor se propõe a elucidar o plano de defesa e plano de combate estruturado pela instituição para prevenção e intervenção de ataques do crime organizado e do Novo Cangaço.

Em caminho semelhante, os autores Paulo Henrique Semmer e Fábio Cesar da Silva (2021), no artigo “Atuação plena da Polícia Militar do Paraná no exercício da polícia administrativa”, discutem sobre a relação da inteligência policial militar com a polícia administrativa, os métodos e atividades preventivas estruturadas no estado, além de fomentar possíveis caminhos para ampliação da atuação policial. Ainda que apresente informações conceituais e atuais sobre a Polícia Militar e suas atuações, o estudo não se propõe a discutir a aplicação das mesmas em ataques específicos como o “Novo Cangaço”.

1654

Em paralelo, as publicações direcionadas a discutir o fenômeno “Novo Cangaço”, abordam o que são esses ataques, as semelhanças e diferenças deles com o cangaço tradicional, o olhar social, histórico e jurídico sobre o fenômeno, e até discutem possíveis estratégias de atuação das equipes de segurança pública. No entanto, esses estudos não possuem como objetivo a associação direta dessa temática com a polícia militar do Estado do Paraná.

Mesmo que não haja, até o momento, muito referencial teórico sobre as estratégias da polícia militar do Paraná no enfrentamento do Novo Cangaço, o material levantado possibilita associações importantes sobre a temática e sugere a importância de novos estudos sobre a mesma. A priori, Lucas Benjamim Soares da Cruz, professor discente do curso de Direito da Faculdade de Minas Gerais, em conjunto com colaboradores, discute a importância do setor de Inteligência nas instituições policiais para o enfrentamento de ocorrências de grande magnitude, como o Novo Cangaço. Segundo os autores, o uso da

atividade de inteligência possibilita o acesso a ferramentas tecnológicas e de recursos humanos que busquem identificar as metodologias criminosas, os envolvidos em menor escala e suas conexões com grandes organizações criminosas do país (DA CRUZ; CARDOSO; DE SOUSA, 2022).

Outro estudo importante sobre a temática, é do autor e também policial federal Eduardo Bettini. Em seu livro, Bettini (2020) discute conceitos importantes sobre o Novo Cangaço e a Polícia Federal do Paraná. Para ele, a metodologia que aglutina a área de

Inteligência e a área operacional, estabelecida em 2015 na Delegacia de Polícia Federal de Maringá, foi de suma importância e necessidade para o sucesso que obtiveram nas intervenções dos ataques em formato de Novo Cangaço daquele período. Em sua exemplificação sobre a utilização das ferramentas da Inteligência nos combates ao Novo Cangaço, o autor relata:

O monstro crescera e estava armado. E estava armado não com as “velhas garruchas” dos pioneiros que colonizaram o noroeste paranaense; estava armado com armas de guerra. E guerra não se vence sem inteligência. Foi aí que as equipes de operações e da base (de Inteligência) se uniram. Houve uma verdadeira fusão entre equipes distintas, cada uma com sua especialidade, mas agora trabalhando em estreita integração e de maneira cooperativa e sinérgica (Bettini, 2020, p. 30).

Para esses autores, a atividade de inteligência é destacada como uma das principais ferramentas preventivas no combate aos crimes cometidos por organizações criminosas. Ter, enquanto instituição, o foco no processo preventivo, possibilita antecipar-se aos infratores, identificando o modo de operar das facções criminosas e alocando de forma eficiente os recursos de segurança pública no enfrentamento ao Novo Cangaço. Através desse princípio, busca-se evitar o confronto armado, preservando vidas civis e a ordem pública.

Em caminho semelhante, Rodrigues (2023) discute a importância da integração das instituições de segurança pública para o enfrentamento dos ataques do Novo Cangaço. De acordo com o autor, a Polícia Militar do Estado do Paraná vem estruturando estratégias de inteligência e operação, visando agir de maneira preventiva, possibilitando maiores chances de garantir a manutenção da ordem pública. A estratégia se constitui em parceria com as Agências Locais de Inteligência (ALIs); setores de planejamento e instrução para treinamento essencial no plano de ação; colaboradores locais sendo estes civis e demais setores da esfera pública e privada.

Para exemplificar as medidas e estratégias adotadas, nos aprofundaremos um pouco mais no estudo de Rodrigues, que destaca pontos-chaves da articulação Inteligência x Operação. Segundo o autor, “na grande maioria do terreno Paranaense, não há tempo para acionamento de unidades especializadas durante um ataque na modalidade Novo Cangaço[...]”, o que sugere o aumento de ataques desse tipo no estado, além da importância da estruturação mais intensa das Agências Locais de Inteligência e seus respectivos Batalhões (RODRIGUES, 2023, p.21).

Na estrutura da Polícia Militar do Paraná, a integração da Inteligência com a Operação estabelece duas estratégias fundamentais: Plano de defesa e Plano de combate. A nível de conhecimento e discussão, apresentaremos em tópicos breves o material construído pelo autor.

5.1 PLANO DE DEFESA

O plano de defesa segue uma ordem sistemática e analítica essencial para atingir os objetivos estratégicos. As etapas são: Plano de chamada; Pontos de observação; Mapa de observadores; Pontos de comando. Cada etapa tem suas atribuições e objetivos colaborativos. No que se refere aos Plano de Chamada, Rodrigues (2023) exemplifica que estabelecer os responsáveis pelo plano de chamada é crucial para garantir uma resposta eficiente.

1656

Nessa etapa, é necessário definir quem será responsável pelo acionamento das chamadas, considerando a vulnerabilidade da base em casos de ataque ou corte de energia. Caso a central de operações precise ser substituída, outra central do batalhão pode assumir essa função, como o Coordenador do Policiamento da Unidade (CPU) ou a Agência Local de Inteligência (ALI). Esses responsáveis devem ser escolhidos cuidadosamente e participar do treinamento.

Dentro do Plano de Chamada, Rodrigues (2023) pontua modelos de chamado e acionamento, evidenciando suas peculiaridades, pontos fortes e possíveis riscos. O acionamento por rádio, por exemplo, exige a comunicação clara e objetiva para alcançar o maior número de agentes de segurança, mas pode ser interceptada por agentes criminosos. Outra alternativa é o uso de aplicativos de comunicação, que possibilitam a integração de policiais militares com outras instituições policiais, garantindo uma comunicação rápida e ampla. Já o acionamento por telefone, demanda um preparo prévio com a organização de

lista telefônica com números atualizados e ordem de prioridade pré estabelecida. O autor ainda ressalta a importância da capacitação do time de operação no que tange a ordem hierárquica a ser seguida. Por fim, se espera que ao final dessa etapa o efeito cascata se estabeleça, visando um cenário com o maior número de envolvidos já informados e acionados, garantindo rapidez e coordenação na comunicação e no preparo da intervenção.

A próxima etapa, pontos de observação, estipula a importância do mapeamento dos pontos estratégicos realizado pelas Agências Locais de Inteligência (ALI) e a locomoção das equipes operacionais. Utilizando de recursos tecnológicos, como o Google Maps, os agentes devem demarcar os pontos geográficos mais importantes, com prioridade para trevos e entroncamentos, e após análise minuciosa, o deslocamento pode ocorrer de maneira segura e organizada (RODRIGUES, 2023). Esses pontos possibilitam o posicionamento estratégico das equipes, além de viabilizar medidas preventivas.

A terceira etapa, mapa de observadores, discorre sobre a importância do mapeamento de locais chaves em uma operação desse porte, como hospitais para atendimento de emergência a possíveis vítimas, residências e esconderijos já mapeados e em observação. O autor pontua ainda sobre o acesso da ALI às câmeras e radares da região, dos dispositivos de segurança utilizados pelas agências bancárias e de informações da base dos valores da instituição, uma vez que o Novo Cangaço apresenta padrão de ataque a agências com maiores valores (RODRIGUES, 2023).

1657

A última etapa do plano de defesa apresenta os princípios e objetivos dos pontos de comando, lugares para a reunião dos agentes e comandantes envolvidos, das discussões e articulações interdisciplinares. Segundo Rodrigues, (2023) o ponto de comando tem a importante função de aumentar a eficiência do comando da Operação, e por isso demandam de organização prévia e algumas opções para além do posto “óbvio”. Historicamente, o plano de defesa, quando bem estipulado e executado, apresenta bons resultados frente aos ataques do Novo Cangaço, possibilitando medidas preventivas e tempo hábil para ações articuladas entre o time de Inteligência e o time de operações (RODRIGUES, 2023).

5.2 PLANO DE AÇÃO

Didaticamente, esta fase pode ser dividida em duas etapas: Ação, ou, reação ao ataque, e Período Flagrancial, ou, horas seguintes ao crime. Embora uma etapa decorra da outra e se inter-relacionam, não há uma separação clara e definitiva entre elas. Nessa fase, o

tempo e qualidade de treinamento e formação das equipes é posto em prova, uma vez que durante um ataque do “Novo Cangaço”, há pouco tempo de reação e muita pressão. Na medida em que o plano de defesa possua uma estrutura clara, bem definida e objetiva, os agentes podem agir de maneira efetiva e direcionada, aumentando as chances de sucesso do período flagrancial. Uma ação ordenada e eficiente das forças policiais pode resultar em vidas preservadas, patrimônio protegido e a sensação de segurança restabelecida (RODRIGUES, 2023).

A eficiência do plano de combate depende diretamente da integração institucional, com todas as forças atuando de modo cooperativo para o restabelecimento da ordem pública e a prisão dos responsáveis. Desenvolver os times de segurança pública, visando uma comunicação clara e um trabalho interdisciplinar, possibilita preparo preventivo para possíveis ataques do Novo Cangaço. Segundo Rodrigues (2023), uma das principais estratégias do Novo Cangaço se baseia no “elemento surpresa”, o ataque repentino e inesperado que os permite desaparecer quase que sem rastros. Para o autor, a integração institucional e medidas preventivas organizadas e estruturadas, exigem que os criminosos percam o “controle” de seu planejamento, obrigando que recorram a improvisações, que abrem margens a erros, rastros e neutralizações.

1658

É evidente que nem toda operação alcança a neutralização total dentro desse tipo de ataque, ainda assim as informações obtidas durante essa ação são extremamente valiosas para a inteligência policial e para a investigação criminal (RODRIGUES, 2023). A troca de informações ocorre através da integração de equipes, e viabiliza medidas futuras mais elaboradas e direcionadas.

Nos trabalhos revisados, destaca-se a integração e o trabalho interdisciplinar das agências de saúde pública como medida estratégica principal no combate ao crime organizado. Nos últimos anos, a polícia militar do Paraná vem desenvolvendo medidas preventivas e formação continuada para os agentes de segurança pública, buscando a melhor atuação em casos do Novo Cangaço, além do trabalho interdisciplinar em conjunto com outras instâncias da segurança pública. Por fim, compreende-se que as organizações criminosas estão sempre se reinventando, e para garantir a ordem pública, as instituições de segurança precisam também de desenvolvimento constante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade e sofisticação crescente do crime organizado no Brasil, particularmente do fenômeno denominado "novo cangaço", é imperativo que as forças de segurança pública, como a Polícia Militar do Paraná, desenvolvam estratégias robustas e inovadoras para enfrentá-lo. Este estudo explorou a evolução do "novo cangaço", traçando um paralelo com o cangaço tradicional, e apontou os desafios significativos que ele gera para a autoridade estatal.

A pesquisa bibliográfica realizada permitiu identificar e compreender as táticas violentas e altamente organizadas dos novos cangaceiros, que utilizam armamento pesado e técnicas militares para neutralizar as forças de segurança e aterrorizar as comunidades locais. Em resposta, a Polícia Militar do Paraná tem implementado planos estratégicos que não só reforçam a formação contínua e a especialização de seus agentes, mas também promovem uma gestão moderna e integrada, capaz de atuar preventivamente e relativamente contra essas ameaças.

As estratégias adotadas pela PMPR, centradas em eixos como a cidadania, modernização da gestão, desenvolvimento contínuo e planejamento financeiro eficaz, destacam-se como fundamentais para fortalecer a segurança pública. A parceria com Agências Locais de Inteligência e setores da comunidade civil e privada, através de planos de defesa e combate, demonstra uma abordagem multidisciplinar e colaborativa essencial para enfrentar o crime organizado de maneira eficaz.

Portanto, este estudo reforça a importância de estratégias bem estruturadas e adaptáveis para a manutenção da ordem pública, elucida aspectos das dinâmicas atuais da polícia militar do Paraná e sugere novos trabalhos que visem discutir não só as práticas e estruturas das organizações criminosas, mas também as estratégias teóricas adotadas pelas instituições de segurança pública. As medidas implementadas pela Polícia Militar do Paraná servem como um modelo que pode inspirar outras instituições de segurança a desenvolverem suas próprias respostas estratégicas frente aos desafios contemporâneos do crime organizado.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. Violência e performance no chamado 'novo cangaço': Cidades sitiadas, uso de explosivos e ataques a policiais em assaltos contra bancos no Brasil.

Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 13, n. 3, p. 615-643, 2020.

BETTINI, Eduardo. **Mamba negra: o combate ao novo cangaço**. AlfaCon, 2020.

CORTI, João Pedro Lage. **O novo cangaço: análise do novo fenômeno criminal que aterroriza a sociedade e gera novos desafios para a segurança pública**. São Borja, 2023.

DA CRUZ, Lucas Benjamim Soares; CARDOSO, Jacqueline Ribeiro; DE SOUSA, Michele Faria. **Novo cangaço: o avanço do crime organizado e os impactos sociais da estruturação da criminalidade violenta**. **LIBERTAS DIREITO**, v. 3, n. 1, 2022.

LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo: Sistematização**. 2. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1999.

LAZZARINI, Álvaro. **Temas de direito administrativo**. 2. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2003.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

MORAIS, André Sette Carneiro de. **“NOVO CANGAÇO”, OS CRIMES CONTRA**

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS: em busca do perfil dos criminosos. 2016. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Inteligência Policial e Análise Criminal) Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016. 1660

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. **Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública**. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, p. 318-325, 1995.

RODRIGUES, Maicon Danilo. **O PAPEL ESTRATÉGICO DOS BATALHÕES DE ÁREA DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ E SUAS AGÊNCIAS LOCAIS DE INTELIGÊNCIA NO COMBATE AOS CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO**.

RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar, v. 4, n. 5, p. e453224, 2023.

SEMMER, Paulo Henrique; DA SILVA, Fábio Cesar. **Atuação plena da Polícia Militar do Paraná no exercício da polícia administrativa Full operation of the Military Police of Paraná in the exercise of the administrative police**. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 9, p. 94136-94152, 2021.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Portaria Do Comando-Geral nº 273, de 8 de março de 2022. **Aprova o Planejamento Estratégico da PMPR 2022/2035, composto do Plano Estratégico, do Mapa Estratégico e da Carteira de Projetos e dá outras providências**. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2022. p. 1-57.